

PERSPECTIVAS DA HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDENCIA NORTE-AMERICANA: O PARADIGMA REPUBLICANO

Renato Lopes Leite/UFPR

A seguir faz-se uma rápida exposição do debate sobre o paradigma republicano na historiografia Norte-Americana.

A HISTORIOGRAFIA NORTE-AMERICANA NO PERÍODO POS-GUERRA

O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo fim dos historiadores progressistas, que tinham dominado a historiografia norte-americana desde o início do século 20. Exemplificado por Charles Beard, os historiadores progressistas se concentravam em fatores econômicos, não eram, no entanto, marxistas. Seu lugar foi tomado por aquilo que tem sido descrito como a "Escola de Consenso", como Louis Hartz, Richard Hofstadter e Daniel Boorstin, fato que reflete o clima político conservador e social da década de 1950. Eles escreveram a história de maneira tradicional, e seu desenvolvimento compartilhavam princípios da filosofia analítica de Carl Hempel, como a teoria da lei (IGGERS, 2008: 253).

Métodos quantitativos foram aplicados ao estudo das eleições, padrões familiares, a mobilidade social e migração. Usando extensos dados quantitativos

sobre nutrição, saúde e habitação, Fogel e Engerman Robert Stanley em seu estudo sobre a escravidão americana, *Time on the Cross*, levantaram a questão de saber se a escravidão estava economicamente em declínio na época da Guerra Civil. O termo "*cliometrics*" foi cunhado para designar esses novos métodos de sociologia histórica e Economia (IGGERS, 2008: 254).

Teorias da modernização, técnicas de informática, mas uma concepção do desenvolvimento histórico, paradoxalmente em dívida com Marx e Engels. Walt Rostow em *Stages of Economic Growth*(1960) argumentou, a partir de suposição de Marx, que todo mundo deveria seguir o exemplo da América de economia de mercado livre e de democracia liberal. Essa sociologia histórica retratou a "modernização" irresistível do pensamento científico, numa perspectiva secular do crescimento econômico que misturava Max Weber e positivistas (IGGERS, 2008: 254-255).

No entanto, o otimismo deu lugar a crescentes tensões na sociedade americana. Até então, os negros tinham sido largamente ignorada pelos historiadores brancos, ou foram tratados como racialmente inferiores (estudiosos tentavam provar isso). Historiadores negros, como John Hope Franklin e Du Bois WEB, voltaram-se para a história da escravidão e da opressão racial. Assim como historiadores brancos, tais como Kenneth Stamp e Elkins Stangle, que comparou a escravidão americana para campos de concentração nazistas (IGGERS, 2008: 255).

Apesar do movimento dos direitos civis e da atmosfera política tensa do final dos anos 1960, o foco principal da Nova Esquerda foi a Guerra do Vietnã, a autodeterminação dos povos ea política imperialista americana. Do movimento estudantil surgiria uma orientação "radical" de escrita histórica. A "História vista

de baixo" da década de 1970 iria concentrar-se nos segmentos da população que tinham sido quase totalmente ignorado. Historiadores radicais exigiam uma percepção de uma sociedade multicultural, com segmentos diferentes, muitas vezes privadas da igualdade de acesso à liberdade e à justiça (IGGERS, 2008: 256).

A IDEOLOGIA REPUBLICANA: LIBERALISMO E REPUBLICANISMO NA INDEPENDENCIA NORTE-AMERICANA

Nos anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial a síntese dominante da Independência Americana tinha sido destruída pelo "Consenso de interpretação". Esta síntese dominante ou "quadro interpretativo poderoso", escrita pelos historiadores progressistas como Carl Becker, Charles Beard, Arthur Schlesinger Jr., Vernon Parrington, vê 1790 como uma continuação da luta entre os interesses comerciais liderados por Alexander Hamilton e as forças agrárias lideradas por Thomas Jefferson. Com a eleição de Jefferson em 1800, as maiorias populares agrários chegam ao poder. As próximas duas ou três décadas, até Andrew Jackson, veem o surgimento do homem comum. Estes historiadores progressistas havia descrito os acontecimentos políticos em termos "de aristocracia para a democracia" (WOOD, 2011: 5, 7).

Nas décadas de 1950 e 1960, este quadro interpretativo foi desmantelado. A Revolução Americanatornou-se um caso peculiar conservador, não uma transformação da sociedade. A era de Jackson foi reavaliada. Alguns

historiadores chegaram a sugerir que a idade de Jackson deve ser chamado de "era do homem incomum". O período do início da República afundou em insignificância (WOOD, 2011: 8, 9).

No início de 1960, a historiografia da Independência americana generalizou a origem dos partidos políticos (William Chambers Nisbet e Seymour Martins), em uma visão anacrônica de 1790. A Revolução de Independência ganhava a reputação de monotonia e insignificância, a parte mais chata da história americana (WOOD, 2011: 5).

Em 1970 começa a reconstrução e avaliação da "ideologia republicana" para entender o que R R. Palmer chamou de "era da revolução democrática" transatlântica. Na Revolução Americana, Bernard Bailyn, Gordon S. Wood, e Pauline Maier exploraram o impacto da ideologia oposição britânica. Já JGA Pocock analisou a tradição do pensamento republicano a partir de Itália renascentista e da Grã-Bretanha moderna. E Joyce Appleby insistiu sobre a importância do liberalismo lockeano.

A seguir procurarei analisar esse debate.

No contexto da guerra do Vietnã, historiadores anglófilos estabeleceram a importância do "humanismo cívico" de Hans Baron para a Independência Americana. E sugeriram o que será chamado de paradigma interpretativo republicano, ou seja, o republicanismo seria a consciência política distinta da revolucionária geração da Independência. A síntese deste evento está em três livros: Bernard Bailyn em *As origens ideológicas da Revolução Americana* (1967), Gordon Wood em *The Creation of the America Republic* (1969), e John Pocock em *The Machiavellian Moment* (1975). Bailyn fez uma leitura contra-lockeano da

retórica revolucionária. Mas foi no livro *The Creation of the America Republic* que o republicanismo surgiu como um tema distinto pela primeira vez (Pocock, 1981: 49-50; RODGERS, 1992 : 15-16).

A história do republicanismo clássico, ou paradigma cívico humanista, é narrado no livro *The Machiavellian Moment*. Pocock mostra como a retórica republicanade Maquiavel ressurgiu na Inglaterra durante a revolução Republicana no século 17. No século 18, a versão americana da ideologia republicana é derivada do Iluminismo escocês, uma retórica da oposição aos governos de George I e II.

The Machiavellian Moment têm relação com as publicações de Quentin Skinner, que tentam situar a série de contextos intelectuais (europeu, Inglês, americano) da retórica republicana. Pocock e Skinner centram sua atenção sobre os atos de articulação e conceituação realizada por pensadores como agentes no mundo do discurso, e sobre as matrizes da linguagem e da retórica (Pocock, 1981: 50).

The Machiavellian Moment foca na noção de liberdade entendida como *vivere civile* e sua virtude. E exclui a outra noção de liberdade, no sentido liberal do gozo da propriedade sob a proteção da lei. Estas duas concepções de liberdade estavam em conflito. E no contexto da Revolução Americana há a tensão entre os ideais ativo-participativo e negativo-liberal de liberdade, a virtude da cidadania igualitária e ativa versus a autoridade autônoma da cidade, a linguagem da virtude e da linguagem do direito, a linguagem republicanaversus o ideal de liberdade cívica, ou a relação entre virtude republicana e jurisprudência civil. *The Machiavellian Moment* estabelece a identidade da América como o continuador das melhores tradições de liberdade Europeia (Ideologia

americana), e exibe o republicanismo em desacordo com o liberalismo (Pocock, 1981: 53, 55).

Depois de Maquiavel, James Harrington é a segunda figura crucial no "momento maquiaveliano". Harrington é associada com a chamada *factotheory* (ou Engagement Controversy of 1649-1651) sobre se o indivíduo é obrigado a obedecer a um governo sem legitimidade, ou se o dever de obediência pode ser inferido ou deduzido a partir da submissão (foi neste contexto da "*de factotheory*", que Hobbes publicou o livro *Leviatã*, em 1651). Segundo o republicanismo de Harrington, a "autoridade de agora em diante seria a de puro auto-governo, pois era porque as pessoas precisavam de um rei que era para ser rei sobre si mesmo". O republicanismo clássico era normalmente críticos da autoridade parlamentar e da sociedade comercial (Pocock, 1981: 57, 58).

Reconstruindo a *virtù* Romana, Harrington "argumentou que a riqueza comercial foi mais importante do que a propriedade da terra, e isso era parte de sua ordenação da sociedade em termos de egoísmo e de autoridade". Mas não é possível descrever essa polarização com a terminologia Whig e Tory, mas de "Court and Country", a terminologia em que os séculos 17 e 18 descreveu a oposição intermitente dos *counties and boroughs...*" (Pocock, 1981: 58, 63).

Na Independência americana, com seus valores persistentemente agrárias e Jeffersonianos, sobressai a interpretação ortodoxa do liberalismo e de Locke, reiterada por Macpherson e Joyce Appleby. Pocock procura mostrar que Appleby não segue os passos de Macpherson em deduzir a presença de valores de mercado na teoria política, mas seu tema é a estrutura de pensamento sobre o mercado. Appleby contudo defende John Locke como "o grande arquiteto do liberalismo político" (Pocock, 1979: 306).

Pocock critica o que ele chama "mito do liberalismo", e argumenta que "Locke não é a figura central ou crucial" no debate da Revolução Inglesa. Por exemplo, Locke não se envolve no debate sobre os últimos anos do reinado de Carlos II (1679-1685) e sobre a conquista normanda, debate desencadeados por Filmer e escritores anti-Filmer. Isto é o que agora os historiadores chamam *de facto theory*, o debate sobre a dissolução dos governos, ou sobre o fim de um reinado por regicídio em 1649 e outro pela revolução em 1689. (Pocock, 1977: 6).

Em conclusão: "Locke está isolado do debate Whig-Tory". Os Tories da época pós-revolução empregaram a *de facto theory* para salvar os princípios da realeza sobre os acontecimentos de 1688-1689. Este debate foi usado na Independência Americana, quando Whigs radicais "usaram Locke na tentativa de fazer o 1689 da Inglaterra justificar o 1776 da América". Mas "Locke não era a autoridade ou o ideólogo oficial sobre a Revolução Inglês". Ele "pode ser considerado um apologista do radical, mas nunca para a política oficial" (Pocock, 1977: 7, 8).

Pocock reconhece quão consistente o republicanismo e do liberalismo tem sido retratados em tensão, e não reduz o domínio atribuído ao liberalismo. Nas "mentes de Jefferson e Madison podem ser encontradas tensões entre liberalismo e república, valores da 'Court and Country', que colocam em movimento uma série de debates dentro da cultura americana" (Pocock, 1981: 71).

Para Joyce Appleby "há um corpo de literatura do século 17 Inglês sobre temas econômicos" que indica que a imaginação dos homens que estudaram o comércio não estava presa pela visão de mundo republicana. Locke desempenhou um papel fundamental nesta reorganização das ideias econômicas. O desenvolvimento do liberalismo de livre mercado era um dos poucos verdadeiros novidades sociais na história, mudando a relação entre povo e governo, e pressionado por uma política de liberdade econômica. "Se um republicanismo clássico imbuído de noções tradicionais de autoridade política dominou o pensamento colonial, onde estão as raízes deste liberalismo que floresceu tão rapidamente após a independência?". Onde e quando podemos encontrar o individualismo agressivo, o materialismo otimista, e os pragmáticos grupos de interesse político? "Nos cinquenta anos antes da Revolução, as colônias americanas foram submetidos a um período de crescimento econômico notável", i. e., o mercado apresentou conflitos nas comunidades coloniais, e os colonos americanos foram infectados por novas ambições econômicas do século 18. "O liberalismo na América tornou-se mais do que um brilho ideológico sobre a economia de mercado, era a descrição de uma utopia moderna, que poderia conquistar a lealdade de uma ampla gama de americanos" (Appleby, 1978: 937, 939, 943, 947, 949-950, 958).

De acordo com Pocock, o ideal dos norte-americanos foi incorporado na palavra *virtue*, um conceito para atacar palavra comércio. Pocock "explica como o comércio tornou-se contrário a virtude. Pocock ... remove o lugar para o progresso na visão de mundo anglo-americana. Tomado como um todo, seu trabalho pode ser visto como uma acusação formidável do reducionismo na historiografia liberal e marxista". Pocock mantém a indiferença por Locke e corta as raízes mestras da tradição liberal, a filosofia dos direitos naturais as revoluções burguesas. "Não Locke, não Marx" (Appleby, 1992: 283-4, 332).

O "Republicanism na década de 1780, de acordo com Gordon Wood, era essencialmente anticapitalista". Mas república em 1800 significa indivíduo livre,

e o individualismo emergente tornou-se o instrumento de progresso, diz Appleby. Na década de 1790, quando os republicanos Jeffersonianos e os federalistas se confrontaram, a batalha tinha sido desenhado em torno a concepções opostas de sociedade civil. "A importância do livre mercado para esse desenvolvimento não pode ser reduzida à economia. Anexa noção de uma ética burguesa, a cultura produzida por este capitalismo aparece sob uma luz completamente diferente da visão de Jefferson"(Appleby, 1992: 337, 338).

O debate culminou em 1984 com a publicação, por Joyce Appleby, de *Capitalism and a New Social Order*, e *The Lost Soul of American Politics* por Diggins. "A aceitação do republicanismo pela historiografia americana foi uma vitória parcial" (RODGERS, 1992: 24). Nas últimas décadas, três modelos interpretativos têm dominado o debate:

1] A ideologia da oposição britânica reflete uma "dissidência Whig" (Bailyn) ou uma tradição "neoclássica republicana" (Wood) do início Revolução. Mas a adoção da Constituição dos EUA em 1787-1788 assinalou o triunfo da "república estendida", com um complexo sistema de governo representativo (sobre a comunidade tradicional pequeno), os mecanismos institucionais, a divisão de poderes, checagens e balanços, e federalismo. (O governo republicano não se desenvolveu em "virtude cívica" e moralidade comum). Na economia, há uma transição de austeridade agrária para o individualismo e o consumismo.

2] O liberalismo lockeano com direitos de propriedade (Appleby) era a tradição ascendente intelectual. Mas os governos estaduais foram organizados de acordo com muitos valores tradicionais republicanos. O embate entre Federalistas e Anti-Federalistas realizou uma re-exame da natureza do governo.

3] A era revolucionária foi caracterizada por uma fusão de ideias republicanas e liberais.

CONCLUSOES

Na última década, os estudiosos têm tentado avaliar essas perspectivas intelectuais para grupos sociais e interesses específicos. Eles tendem a apoiar o consenso entre o republicanismo e do liberalismo, com a mistura proporcional ou específico de idéias a partir de fontes republicanas e liberais.

BIBLIOGRAFIA

APPLEBY, Joyce. *Liberalism and republicanism in the historical imagination*. Cambridge, Mass. : Harvard University Press, 1992.

APPLEBY, Joyce. The Social Origins of American Revolutionary Ideology. *The Journal of American History*, Vol. 64, No. 4 (Mar., 1978), pp. 935-958.

CARVALHO, Marcus J. M. de. "Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In.: István Jancsó. *Independência : história e historiografia*. Sao Paulo : HUCITEC, 2005.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai : centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte : Editora UFMG ; Rio de Janeiro : IUPERJ, 2008.

COSER, Ivo. *O Conceito de Federalismo e a Idéia de Interesse no Brasil do Século XIX*. Novos Estudos, jul2008B, Issue 81, p941.

COSER, Ivo. *O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v26 n76 (2011): 191-206.

IGGERS, Georg G. Iggers and Q. Edward Wang with the assistance of Supriya Mukherjee. *Global history of modern historiography*. Harlow, England ; New York : Pearson Longman, 2008.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope : história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo, Brazil : Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, João Pinto. Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. *Revista Brasileira de Historia*. Sao Paulo, v. 21, n. 42, p. 343-363, 2001.

Pocock; Richard Ashcraft. *John Locke : papers read at a Clark Library Seminar*. Los Angeles : William Andrews Clark Memorial Library, University of California, 10 December, 1977.

Pocock. The Machiavellian Moment Revisited: A Study in History and Ideology. *The Journal of Modern History*, Vol. 53, No. 1 (Mar., 1981), pp. 49-72.

Pocock. To Market, to Market: Economic Thought in Early Modern England. *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 10, No. 2 (Autumn, 1979), pp. 303-309.

RODGERS, Daniel T. Republicanism: the Career of a Concept. *The Journal of American History*, Jun., 1992, vol. 79, no. 1, p. 11-38.

SILVA, Luiz Geraldo. "Negros patriotas, raça e identidade social na formação do Estado nação". In.: István Jancsó. *Independência : história e historiografia*. Sao Paulo : HUCITEC, 2005, p. 497-520.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOOD, Gordon S. *The idea of America : reflections on the birth of the United States*. New York : Penguin Press, 2011.